

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ANO LETIVO 2025/2026
2.º SEMESTRE

**CORPO DOCENTE: PROFESSORES DOUTORES GUILHERME WALDEMAR
D'OLIVEIRA MARTINS e PAULO MARQUES**

PROGRAMA

1. Apresentação e programa da cadeira. Diplomas relevantes.

2. As garantias dos contribuintes: meios não impugnatórios e impugnatórios: administrativos e judiciais. Evolução

- a. O sistema do administrador-juiz
- b. A jurisdicionalização do Contencioso Tributário e tutela jurisdicional plena e efetiva dos contribuintes perante a Administração no Estado Pós-Social
- c. A ausência da tutela jurisdicional plena e efetiva dos contribuintes até às reformas fiscais de final dos anos 80: referência à legislação fiscal anterior à reforma
- d. A discricionariedade técnica como forma de impedir a tutela jurisdicional plena e efetiva
 - i. A discricionariedade técnica na jurisprudência da 2.ª Secção do STA
 - ii. A discricionariedade e a vinculação da administração na jurisprudência da 2.ª Secção do STA
- e. O Código de Procedimento e Processo Tributário como exemplo da ainda não completa jurisdicionalização do Contencioso Tributário

3. Princípios de procedimento e processo tributário

- a. Contraditório
- b. Segurança e certeza
- c. Celeridade
- d. Simplicidade de termos
- e. Informalidade
- f. Proporcionalidade
- g. Duplo grau de decisão
- h. Cooperação
- i. Impugnação unitária

4. O pré-contencioso

- a. As informações vinculativas
- b. Os Acordos Prévios de Preços de Transferência
- c. A remissão e o perdão fiscal
- d. Os mecanismos da avaliação indireta
- e. A auditoria e a certificação legal de contas

f. O controlo de qualidade empresarial

5. O Procedimento tributário

- a. O ato tributário e a noção de procedimento tributário
- b. A impugnação de atos em matéria tributária
- c. A reclamação graciosa e o recurso hierárquico contra os atos da administração tributária
- d. Procedimento tributário nos Impostos sobre o Rendimento
- e. Procedimento tributário em sede do Impostos sobre o Consumo e sobre o Património

6. O Contencioso Tributário

- a. A noção de contencioso tributário
- b. A organização atual dos Tribunais Administrativos e Fiscais
- c. Os meios jurisdicionais de garantias dos contribuintes
- d. O processo judicial de impugnação fiscal
 - i. Elementos subjetivos, objetivos, fases do processo
 - ii. Os recursos
- e. Processos especiais:
 - i. Ações para reconhecimento de um direito ou interesse em matéria tributária
 - ii. Intimação para um comportamento
 - iii. Providências cautelares a favor do contribuinte
 - iv. Impugnação de providências cautelares adotadas pela Administração Tributária
 - v. Derrogação do sigilo bancário
- f. O processo de execução fiscal: aspetos gerais e recursos
- g. Contencioso tributário nos Impostos sobre o Rendimento, o Consumo e o Património
- h. Contencioso tributário em sede do Direito Aduaneiro

7. Meios alternativos de resolução de litígios: a arbitragem tributária

- a. Arbitragem e justiça fiscal
- b. Constituição do tribunal arbitral e os seus efeitos
- c. Processo arbitral: tramitação e prova
- d. Âmbito da arbitragem tributária
- e. A decisão de recorrer à arbitragem
- f. Decisão arbitral
 - i. Prazo, deliberação e publicação
 - ii. Efeitos e impugnação

8. As Características da Relação Jurídica Tributária no Estado Social e Pós Social, a sua Influência no Contencioso Tributário

- a. A relação jurídica tributária centrada nos deveres de cooperação do sujeito passivo e na tributação segundo métodos diretos
 - i. A violação de deveres de cooperação e a sua influência na prova no contencioso tributário: Regras de ónus de prova (objetivo), medida da prova e diminuição da medida da prova)
 - ii. A violação de deveres de cooperação e a sua influência na admissibilidade dos métodos indiretos ou presuntivos
- b. A indeterminação legal, as tipificações e os atos-massa

- c. As restrições ao direito à notificação e à audição e a sua repercussão n Contencioso Tributário
- i. A troca de informações entre administrações tributárias e a assistência à cobrança entre as mesmas no quadro da CE,
- ii. A troca de informações entre administrações tributárias e a assistência à cobrança entre as mesmas no quadro da OCDE (ou das Convenções de Dupla Tributação)

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL:

VÍTOR FAVEIRO, NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO FISCAL PORTUGUÊS, VOLS. I E II, 1982;

JOSÉ LUÍS SALDANHA SANCHES, MANUAL DE DIREITO FISCAL, 3ª EDIÇÃO, COIMBRA: COIMBRA EDITORA, 2007;

JORGE LOPES DE SOUSA, CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO – ANOTADO E COMENTADO, 5ª ED., ÁREAS EDITORA, LISBOA, 2006 (I VOLUME) /2007 (II VOLUME).

ANTÓNIO LIMA GUERREIRO, LEI GERAL TRIBUTÁRIA (ANOTADA), LISBOA: REI DOS LIVROS, 2002.

SERENA CABRITA NETO/CARLA CASTELO TRINDADE, CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO, VOLS. I/II, ALMEDINA 2017

JOAQUIM FREITAS DA ROCHA, LIÇÕES DE PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO, 8.ª EDIÇÃO, ALMEDINA 2021

ANA PAULA DOURADO, DIREITO FISCAL – LIÇÕES, 7.ª EDIÇÃO, ALMEDINA 2022